

Apresentação

António Fernando Zucula

Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), Moçambique

Maria José Costa dos Santos

Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2025.47>/pp. 9-12

A edição Nº 47 da Revista Internacional para a Língua Portuguesa (RILP) surge em um momento de grande relevância para os debates globais, com o tema **“Sustentabilidade e Desenvolvimento Social”**. Em um cenário marcado por desafios ambientais e sociais, refletir sobre esses conceitos se torna não apenas uma necessidade, mas uma urgência. Este número reúne uma série de artigos que buscam, de forma interdisciplinar, analisar e propor soluções para os complexos vínculos entre a sustentabilidade ambiental, desenvolvimento social e os impactos no contexto educacional.

A sustentabilidade, em sua definição mais ampla, envolve a busca por um equilíbrio entre o meio ambiente, a economia e o bem-estar humano. Contudo, é importante destacar que, em sua aplicação prática, ela não pode ser dissociada das questões sociais e educacionais, especialmente em um contexto em que as desigualdades ainda persistem e se ampliam em diversas partes do mundo. O desenvolvimento social, por sua vez, não se resume apenas ao crescimento econômico, mas à inclusão, à equidade, à melhoria das condições de vida e ao fortalecimento das capacidades humanas. Quando esses dois pilares – sustentabilidade e desenvolvimento social – se encontram, surge a possibilidade de um futuro mais justo, a partir de uma educação mais equilibrada e resiliente para as próximas gerações.

A edição Nº 47 é composta por nove artigos, sendo: O primeiro artigo “O Desafio de Preservação da Floresta da Reserva Parcial do Lago Niassa” da autoria de Joaquim Miranda Maloa. Analisa a atuação dos atores sociais, tanto da sociedade civil quanto das comunidades locais e das instituições governamentais, na preservação da floresta da Reserva Parcial do Lago Niassa, em Moçambique. O autor afirma que, devido às lacunas na gestão e fiscalização, não está sendo possível garantir a proteção adequada do ecossistema florestal da reserva, tornando-

-se urgente o fortalecimento das políticas de conservação e de uma maior participação ativa das comunidades na preservação dos recursos naturais.

O segundo artigo “Estrutura e composição florística do mangal na Ilha de Vamizi, Norte de Moçambique” da autoria de Liliett José António Francisco e colaboradores. Este avalia a estrutura horizontal e a composição florística da floresta de mangal da Ilha de Vamizi, indicando que a floresta está em bom estado de conservação, apesar de existir sinais de corte em algumas áreas, o que pode representar um risco para a sua sustentabilidade a longo prazo.

O terceiro artigo “Análise do Processo de Modelo de Gestão de Resíduos Sólidos do Município de Inhambane do Período 2020-2024”, do Alfaid Jone Jamo Rafael e colaboradores, aborda a problemática da gestão de resíduos sólidos no município de Inhambane, Moçambique, destacando as dificuldades enfrentadas pela administração local entre os anos de 2020 e 2024, tendo se identificado que a legislação ambiental moçambicana não oferece orientações de fácil entendimento sobre o aproveitamento dos resíduos, nem sobre a participação de organizações externas nesse processo.

O quarto artigo “A Conservação do Patrimônio Cultural Imóvel em Moçambique: a Emergência Política do Conceito e a Evolução da Sua Aplicação”, da autoria de Maria Paula Meneses e colaboradores, busca refletir sobre as tensões e disputas que surgem em torno da apropriação do patrimônio, analisando como as diferentes narrativas sobre o passado são moldadas por interesses políticos, sociais e culturais, e como isso influencia a construção da identidade nacional em Moçambique.

O quinto artigo, “Biodiversidade nos espaços verdes urbanos: Promover a educação ambiental e a sustentabilidade”, que tem como autores: Ana Paramés, Ana Paula Oliveira, António Bajanca e Isabel Baltazar. Aborda o fenómeno global da urbanização e suas significativas consequências nos ecossistemas, no que diz respeito à perda de biodiversidade. Enfatiza o papel das instituições de ensino superior de assumirem a responsabilidade de contribuir para as prioridades ecológicas, como a conservação da biodiversidade, a proteção e a recuperação de habitats naturais. Destaca a aprendizagem baseada em projeto e reforça a importância de integrar a educação ambiental nos currículos universitários, com foco nas potencialidades dos espaços verdes urbanos como laboratórios vivos para a aprendizagem e ação ecológica.

O sexto artigo, “Jogos Cooperativos Orientados à Agenda de Adaptação Climática: Uma Estratégia para o Enfrentamento dos Eventos Climáticos em Moçambique”, da autoria de João Francisco Capece e Tomás de Azevedo Júlio, analisa a vulnerabilidade de Moçambique aos eventos climáticos, uma condição

exacerbada pela sua localização geográfica e pelas alterações na dinâmica de uso e ocupação territorial. Desafiando o país a fortalecer sua política de adaptação às mudanças climáticas. Discorre que, o processo de ensino-aprendizagem é essencial para formar uma geração preparada para enfrentar os desafios impostos pela agenda climática global. Propõe a utilização de jogos cooperativos como uma estratégia pedagógica adaptada à realidade sociocultural de Moçambique, de forma a engajar os alunos em práticas que contribuem para a conscientização ambiental e o fortalecimento das capacidades locais frente aos desafios climáticos.

O sétimo artigo, da Carla Marisa Faria Black, intitulado, “A Aprendizagem e o Ensino da Língua Portuguesa em Angola: uma Contextualização Urgente”. Faz uma reflexão crítica sobre o sistema educativo angolano, com foco na aprendizagem da Língua Portuguesa, destacando a urgência de uma contextualização no ensino da língua no país. Apontando que a ausência de práticas de ensino contextualizadas tem impactado negativamente o desenvolvimento da competência comunicativa dos estudantes, especialmente os que ingressam no Ensino Superior. Salienta, ainda, a importância da promoção de um ensino mais inclusivo e eficaz, favorecendo o desenvolvimento da competência linguística dos estudantes.

O oitavo artigo, “Marcadores culturais surdos na escola: da afirmação cultural à reforma da escola” do António Cipriano Gonçalves, António Magalhães, Luís Muengua e Orquídea Coelho. Faz um debate sobre a (des)consideração dos marcadores culturais surdos nos processos e práticas educativas, destacando como a presença ou ausência desses elementos pode (des)qualificar os percursos formativos dos surdos. Investiga o lugar desses marcadores culturais na escola, realizando um exercício de cruzamento entre as perspectivas e práticas dos atores educativos sobre a integração ou marginalização desses marcadores no ambiente escolar e os efeitos dessa dinâmica na educação de surdos. Para fechar esta edição, apresentamos o nono artigo, que é da autoria de António Fernando Zucula e Maria José Costa dos Santos, no qual abordam “As tecnologias digitais da informação e comunicação educacional(tdice): transformando práticas, inovando ações, compartilhando saberes para a educação básica brasileira”. Neste artigo os autores destacam as tecnologias digitais como ferramentas que permitem que estudantes e professores conheçam outras culturas e ampliem seus horizontes, seja de forma síncrona ou assíncrona, sem a necessidade de sair do ambiente escolar. Contudo, apontam a falta de políticas públicas educacionais eficazes que promovam a inclusão digital, principalmente para escolas localizadas em periferias brasileiras e moçambicanas e em contextos de vulnerabilidade social.

As contribuições reunidas nesta edição abordam a integração entre práticas sustentáveis e políticas de inclusão social, explorando desde iniciativas de pequenas comunidades até as ações de grandes corporações e governos. A questão das mudanças climáticas, a gestão eficiente de recursos naturais, o acesso universal à educação e à saúde, a promoção de economias verdes e a inclusão de grupos vulneráveis são apenas alguns dos tópicos tratados. Compreendemos que somente por meio de uma abordagem holística e integrada é que se consegue avançar em direção a uma sociedade que respeite o meio ambiente e, simultaneamente, promova justiça social.

Além disso, é fundamental a percepção de que o desenvolvimento social sustentável não é um conceito estático, mas sim um processo contínuo de adaptação e inovação. A sociedade global enfrenta novos desafios que exigem soluções disruptivas, criativas, colaborativas e adaptáveis. Portanto, é com grande entusiasmo que apresentamos os artigos desta edição, que não só ampliam o entendimento acadêmico sobre esses temas, mas também oferecem *insights* valiosos para a implementação de políticas públicas e práticas empresariais que possam, de facto, formar pessoas e a partir delas transformar o meio ambiente, no contexto atual.

A revista, ao oferecer este espaço de discussão, reforça seu compromisso com a promoção de um diálogo construtivo e ético entre cientistas, formuladores de políticas, ativistas e a sociedade em geral. Reconhecemos que somente por meio da partilha de ideias e de experiências será possível avançar para o desenvolvimento de um futuro mais sustentável e socialmente justo para todos.

Manifestamos nossa satisfação, em especial aos autores, que contribuíram com sua obra para a composição desta edição. Saudamos e agradecemos aos revisores e leitores, que tornam possível a continuidade deste projeto e convidamos todos a refletir sobre as propostas e soluções apresentadas, para que juntos possamos trilhar o caminho para um mundo mais sustentável e socialmente responsável. Por fim, reforçamos nossa honra, ao convite formulado para sermos editores científicos deste número. Boas leituras e excelentes reflexões!